



A pesquisa em comunicação, identidade e cidadania em interface com as atividades de extensão - a experiência do UFJF: Território de Oportunidades¹

Coordenação:

Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni (UFJF)

Participantes:

Cláudia Regina Lahni², docente, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Christina Ferraz Musse³ e Iluska Coutinho⁴, docentes, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Jorge Felz⁵, docente, Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora - Fesjf

Paulo Roberto Figueira Leal⁶, docente, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Resumo:

Pretende-se apresentar e refletir sobre o projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária. Concebido e desenvolvido, em especial, no âmbito das atividades do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania, o projeto realiza educomunicação, entendida como leitura crítica dos meios, em prol do direito à informação e do direito à comunicação, com adolescentes que estudam em escolas públicas de Juiz de Fora e integram o programa UFJF: Território de Oportunidades. Para isso, os jovens participam de oficinas de jornal, rádio, TV, fotografia e cultura política, entre outras. Embasados na teoria de Paulo Freire e de Mario Kaplún, buscamos trabalhar ação e reflexão, atividades de extensão em interface com a pesquisa, a fim de contribuir para a democratização da comunicação e da sociedade.

Palavras-chave:

Comunicação; Identidade; Cidadania; Extensão; Comunicação Comunitária.

¹ Mesa apresentada no III Colóquio Multitemáticos em Comunicação – Multicom, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Cláudia Regina Lahni é professora do PPGCOM e docente de Comunicação Comunitária da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordena o projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária e o Núcleo sobre o Território e a Cidade da Casa de Cultura da UFJF. É mestra e doutora pela ECA-USP.

³ Christina Ferraz Musse é professora do PPGCOM e docente do departamento de Televisão e Rádio da Facom-UFJF. Doutora em Comunicação e Cultura pela Eco-UFRJ é ainda apresentadora do Panorama Entrevistas, veiculado na TV Panorama, afiliada da Rede Globo.

⁴ Iluska Coutinho é professora e vice-coordenadora do PPGCOM, docente e chefe do Departamento de Jornalismo da Facom-UFJF. Organizou o livro *Comunicação: tecnologia e identidade*, com Potiguara da Silveira Jr (Mauad X, 2007). É líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF-CNPq), mestra em Comunicação e Cultura pela UnB e doutora em Comunicação Social pela Umesp, com estágio doutoral realizado na Columbia University.

⁵ Jorge Felz é professor assistente da Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora. Jornalista e fotógrafo profissional, desenvolve pesquisas sobre as relações entre fotografia, tecnologia e memória. É mestre em Comunicação Social pela Umesp.

⁶ Paulo Roberto Figueira Leal é professor do PPGCOM, docente e chefe do Departamento de Comunicação e Artes da Facom-UFJF. Mestre e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, publicou *Identidades políticas e personagens televisivos* (Corifeu, 2007), entre outras obras.



Proposta da Mesa:

A proposta, aqui apresentada, é de refletir sobre a extensão em interface com a pesquisa. Isso, a partir da ação do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania, certificado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e cadastrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2004. Desde então (e mesmo anterior à formação do grupo), os docentes que dele participam desenvolvem atividades de extensão – algumas formalizadas como projetos na Pró-reitoria de Extensão da Universidade, outras não. Tais atividades são objeto de reflexão dos pesquisadores, expressa em artigos diversos. É o caso, por exemplo, das ações da professora Christina Ferraz Musse, que trabalha junto à Intecoop (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) da UFJF, com um projeto de extensão que contribui para a comunicação das cooperativas incubadas. Por sua vez, o professor Paulo Roberto Figueira Leal expõe seus conceitos sobre comunicação e política em vários momentos, entre os quais aqueles voltados para o movimento social popular, principalmente o movimento estudantil e o sindical.

Em 2007, o grupo, que é liderado pela professora Iluska Maria da Silva Coutinho, realizou um ciclo de reuniões públicas, em que apresentou pesquisas de docentes, mestrandos, bolsistas de iniciação científica e convidados - além de suas reuniões internas, teóricas e administrativas. Foi num desses momentos internos, no início do segundo semestre, que se começou a gestar um projeto de extensão que se apresentasse do coletivo. Definiu-se pela agregação à experiência coordenada pela professora Cláudia Regina Lahni, junto ao UFJF: Território de Oportunidades – programa que atende estudantes de escolas públicas de Juiz de Fora no qual atuam unidades diversas da Universidade. Daí nasceu o Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária, projeto de extensão em interface com a pesquisa em comunicação, identidade e cidadania, que teve a aprovação da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) em dezembro e passou a contar com seu financiamento em fevereiro de 2008.

Educomunicação, cidadania e identidade

Para Mario Kaplún (1992) – autor que realizava reflexões e trabalhos práticos com possibilidade de participação, em busca de uma comunicação horizontal e de uma sociedade democrática -, latino-americanos sempre foram pesquisadores de



comunicação com responsabilidade social e vontade de incidir sobre a realidade para revertê-la e transformá-la.

Como já refletimos em trabalho anterior (Lahni, 2005), para o educador Paulo Freire, transformar o mundo através de seu trabalho, expressá-lo e expressar-se são algo próprio dos seres humanos. “A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade” (Freire, 1978:24).

Nesse sentido, vale ressaltar o importante papel desempenhado por veículos comunitários autênticos, que podem ser um espaço para a expressão das classes populares, em sua maioria alijadas dos meios de comunicação de massa. Da mesma forma, o trabalho de educomunicação, entendida como leitura crítica dos meios – e, a partir dela, o fazer da comunicação comunitária -, também tem uma grande importância.

Paulo Freire salienta que o educador ou trabalhador social deve ensinar a estudar, repensar e assumir uma atitude crítica. Para ele, “estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto” (Freire, 1978:10). Tal tarefa, de incentivar a reflexão e a ação, é certamente feita por trabalhos de educomunicação, em que, ao fazer comunicação, reflete-se sobre ela.

Ao se referir à alfabetização de adultos feita de modo “bancário”, Paulo Freire (1978:14) escreve: “como seres passivos e dóceis, pois que assim são vistos e assim são tratados, os alfabetizandos devem ir recebendo aquela ‘transfusão’ alienante, da qual, por isto mesmo, não pode resultar nenhuma contribuição ao processo de transformação da realidade”. Essa situação é como a que ocorre com a quase totalidade dos meios de comunicação de massa, especialmente emissoras comerciais de rádio e televisão.

O educador reflete sobre o “silêncio” em que se acham as classes populares, dominadas pela prescrição de uma palavra transmissora de uma ideologia da acomodação. O reforço disso resulta na “cultura do silêncio”, própria de estruturas fechadas como a do latifúndio – por exemplo, como temos na comunicação no Brasil. Conforme Paulo Freire, na cultura do silêncio, pensar é difícil; dizer a palavra, impossível. O autor salienta o enfrentamento à cultura do silêncio. É necessário tomar a história na mão e transformar a realidade opressora e a sociedade como um todo. Fazer comunicação, em projetos de leitura crítica dos meios, pode significar pelo menos o início de sair da cultura do silêncio. Assim, pode-se contribuir para o início ou o reforço de se tomar a história pela mão e transformar a realidade.

Ao refletir sobre educação, Paulo Freire novamente trata do direito à expressão:

Aprender a ler e escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa *dizer a palavra*: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. Como tal, não é o privilégio de uns poucos com que silenciam as maiorias. É exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semimudas ou mudas, proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser (Freire, 1978:49).

Conforme o autor, a maneira de “pronunciar o mundo”, por parte das classes dominadas, demanda sua organização revolucionária visando à abolição das estruturas de opressão. A organização da massa popular, para a mudança, implicaria haver uma vanguarda lúcida. O trabalhador social, sendo educador ou pesquisador, diante de tal situação não pode ser neutro.

Na estrutura social, enquanto dialetização entre a infra e a supraestrutura, não há permanência da permanência nem mudança da mudança, mas o empenho de sua preservação em contradição com o esforço por sua transformação. Daí que não possa ser o trabalhador social, como educador que é, um técnico friamente neutro. Silenciar sua opção, escondê-la no emaranhado de suas técnicas ou disfarçá-la com a proclamação de sua neutralidade não significa na verdade ser neutro mas, ao contrário, trabalhar pela preservação do *status quo* (Freire, 1978:38,39).

Assim, o autor reforça a atitude comprometida diante do tema. Trata-se de “atitude de quem não quer apenas descrever o que se passa como se passa, porque quer, sobretudo, transformar a realidade para que, o que agora se passa de tal forma, venha a passar-se de forma diferente”. E acrescenta: “quanto mais vamos conhecendo a realidade histórico-social em que se constituem os temas em relação dialética com seus contrários, tanto mais nos é impossível tornar-nos neutros em face deles” (Freire, 1978:96,97).

Paulo Freire sustenta que, do ponto de vista crítico, a operação de mirar implica noutra – a de ad-mirar: “Ad-miramos e ao adentrar-nos ao ad-mirado o miramos de dentro e desde dentro, o que nos faz ver” (Freire, 1978:37). O autor escreve sobre a unidade entre teoria e prática e, reforça, no caso da educação – sua área -, a unidade entre teoria e prática social. Defende que a teoria que é base para a prática geral das classes dominantes, na qual a educação está inserida, não pode ser a mesma que servirá às classes dominadas, “daí a impossibilidade de neutralidade da prática educativa como



da teoria que a ela corresponde” (Freire, 1978:18), o que também se pode aplicar à comunicação e à pesquisa em geral.

Nos conceitos mencionados, percebemos que Paulo Freire, como faz em sua obra no geral, defende a ação e reflexão, a conjunção da teoria com a prática. Isso, em prol da transformação da realidade. É assim também que buscamos desenvolver nosso trabalho junto ao programa UFJF: Território de Oportunidades, contribuindo a cidadania dos jovens que nele participam. Vale citar que cidadania é entendida como o exercício e a defesa da manutenção e ampliação de direitos.

Para Maria de Lourdes Manzini-Covre, “cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”, incluindo o que, para ela, é o mais abrangente, o papel das pessoas no universo (Manzini-Covre, 2001:11).

Dalmo de Abreu Dallari (2002) aponta que, na atualidade, alguns direitos merecem especial atenção, por exemplo, o direito a um meio ambiente sadio. O autor ressalta a importância da organização da sociedade para manutenção, respeito e ampliação dos direitos. Nesse sentido, avalia que “um direito só existe realmente quando pode ser usado” (Dallari, 2002:69,70). Ele acredita que é necessário informar a pessoa sobre os seus direitos e conscientizá-la da importância de se garantir o respeito aos mesmos.

Segundo o jurista, “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo” (Dallari, 2002:14). De acordo com ele, quem não tem cidadania está excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

A informação é fundamental para a cidadania, segundo Dallari (2002). Para o autor, “o primeiro passo para se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência de seus direitos e a necessidade e possibilidade de defendê-los”. Afinal, “quando alguém não sabe que tem um direito ou dispõe apenas de informações vagas e imprecisas sobre ele, é pouco provável que venha a tomar alguma atitude em defesa desse direito ou que vise à sua aplicação prática” (Dallari, 2002:69).

Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1999:285) salienta que “fazendo de súditos cidadãos, a cidadania é um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu *status* à qualidade da participação”. A autora lembra a Declaração



Universal dos Direitos Humanos que estabelece o direito à participação e a Conferência das Nações Unidas, de 1976, a qual firmou que “a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional”. “Participação é exercício da democracia”, reforça (Peruzzo, 1999:275,280).

A comunicação é uma das possibilidades para o exercício desse direito e dever. Quanto a isso, Peruzzo avalia que criticar a manipulação das grandes redes de rádio, televisão e impressos é pouco. É preciso ocupar espaços e se organizar para descentralização e reordenamento dos meios. Afinal, “eles são bens públicos, no sentido de que pertencem à União e, portanto, à coletividade, devendo, como tais, estar prioritariamente a serviço do bem-estar comum e não de pessoas ou grupos que detêm o poder de controlá-los” (Peruzzo, 1999:277,278). Nesse caminho, trabalhar a educomunicação é importante para a desmistificação dos meios e para a construção de alternativas de comunicação.

De acordo com Kaplún (1984), a participação organizada não é meta fácil de alcançar. A seu ver, “se começa a compreender que não há desenvolvimento sem uma participação consciente dos setores populares, em que estes se mobilizem, assumam um papel protagonista e sejam criadores de suas próprias soluções”⁷ (Kaplún, 1984:10). Ele também considera que a participação é característica geral de uma sociedade democrática, voltada para o desenvolvimento. Segundo o autor – como para Dallari -, as associações diversas são escolas práticas de participação, em que o povo vai construindo pouco a pouco seu próprio espaço e criando suas formas solidárias, democráticas e autogestionárias.

Para Kaplún (1984), a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia. Ele apresenta e defende uma forma de comunicação horizontal entre grupos, o cassete-fórum, que tem como componentes tecnológicos, o gravador e fitas cassetes e, como componente metodológico, o fórum - reuniões dos grupos para debater determinados temas as quais são parcialmente gravadas e repassadas aos demais. O autor considera que o rádio teria vantagens sobre o cassete, mas não estaria, entretanto, ao alcance da população.

Kaplún enumera como vantagens do cassete-fórum a desmitificação do meio, a participação direta, a espontaneidade de expressão, o fato de que todos são alternadamente emissores e receptores, o envolvimento da juventude inclusive para

⁷ Tradução da autora para todas as citações do pesquisador.



serem novos dirigentes e o número cada vez maior de participantes. O autor enfatiza as qualidades informativas e formativas do cassete-fórum e menciona como objetivo, entre outros, “que o programa dê como fruto um crescimento da consciência crítica e solidária de seus participantes” (Kaplún, 1984:36). São essas características que buscamos trabalhar no projeto de extensão que desenvolvemos.

Vale mencionar também que Kaplún, especialmente com Hermosilla (1987), defende o trabalho conjunto da educação com a comunicação inclusive na formação do comunicador. Nessa defesa, que também se baseia em Paulo Freire, Kaplún vai cunhar o termo educomunicação, como leitura crítica dos meios.

Ainda sobre a ligação entre cidadania e comunicação, em um outro trabalho em que trata da ampliação de direitos, Cicilia Peruzzo (2002:85) avalia que, além de ter direitos políticos e outros respeitados, “em pleno século XXI, ser cidadão significa [...] também comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos”.

Cicilia Peruzzo (2004) reforça a importância da comunicação para a cidadania. A autora faz uma exposição sobre o debate e o movimento em prol do exercício do direito à comunicação, também defendido por ela. Aponta que, até a década de 1990, “os meios de comunicação popular/comunitária eram vistos como uma necessidade de expressão dos movimentos sociais. Aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos como um direito de cidadania” (Peruzzo, 2004:54,55).

Mais que isso, cresce o posicionamento em favor do “direito à comunicação, tomando-o como um mecanismo de se efetivar a democratização dos meios de comunicação”. Nesse sentido, Peruzzo ressalta o trabalho da Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society) – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional. Trata-se de um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos, conforme Peruzzo, com a finalidade de discutir a democratização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e promover um fórum mundial alternativo à CMSI (Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información), cúpula convocada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Esse debate sobre a comunicação que, como mencionado, vai do local ao mundial tem como base a centralidade atual dos meios de comunicação. Afinal, como vimos, a comunicação tem estreita relação com a cidadania, meios massivos têm se



tornado a nova praça pública e tem papel significativo na (re)configuração de identidades.

Ao refletir sobre a identidade cultural na pós-modernidade, Stuart Hall destaca o debate sobre a tensão entre o global e o local na transformação das identidades. Hall (2002: 71) argumenta que “a identidade está profundamente envolvida no processo de representação”. Ora, os meios de comunicação de massa assumem um papel de destaque, na sociedade atual, podendo reconfigurar identidades a partir das representações que delas fazem, além de se constituírem em espaço para a discussão de temas necessários.

Atentos a essa importância, movimentos sociais articulam suas estratégias e políticas de visibilidade identitária, em âmbito local, nacional ou mesmo transnacional, como aponta Denise Cogo (2004). A autora salienta a importância das rádios comunitárias e de ações na internet, nesse sentido.

Cogo (2004: 45) menciona que, no âmbito do processo de regulamentação das chamadas rádios comunitárias no Brasil, intensificado a partir da aprovação de uma legislação específica, as disputas “têm sido marcadas por demandas pautadas em micropolíticas identitárias e reivindicatórias de setores sociais específicos como os religiosos e os juvenis”.

Ela cita a importância de projetos de leitura crítica da comunicação, a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania” – da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – e, como Peruzzo, a Campanha Cris, que questiona a possibilidade de um modelo único de Sociedade da Informação.

Expresso na proposição da Campanha CRIS e claramente em disputa nos fóruns de discussão e formulação de políticas sobre a Sociedade da Informação, o deslocamento de um paradigma informacional para um paradigma comunicacional parece manter-se, ainda, como uma exigência no desenho das ações e práticas dos movimentos sociais no marco de uma agenda sociocultural em que se cruzam as variáveis identidades culturais e cidadania.

O pensamento pedagógico-comunicacional do educador brasileiro Paulo Freire parece, portanto, não ter perdido vigência quando se trata da formulação de estratégias e políticas de visibilidade midiática operadas a partir da noção de um conhecimento, que, para Freire, ‘é construído através das relações entre os seres humanos e o mundo’, e em uma comunicação que se define ‘como a situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas ao invés de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo’ (Cogo, 2004: 52).



É com base nos conceitos desses e de outros autores que se estrutura o projeto Comunicação para a Cidadania: Tecnologias, Identidade e Ação Comunitária. O projeto realiza educomunicação, entendida como leitura crítica dos meios, em prol do direito à informação e do direito à comunicação, com adolescentes que estudam em escolas públicas de Juiz de Fora e integram o programa UFJF: Território de Oportunidades. Para isso, os jovens participam de oficinas de jornal e rádio – coordenadas pela professora Cláudia Lahni -, oficina de TV – coordenada pelas professoras Iluska Coutinho e Christina Musse -, de fotografia – coordenada pelo professor Jorge Felz -, de cultura política – coordenada pelo professor Paulo Roberto Figueira – e de inclusão digital – coordenada pelo professor Bruno Fuser.

O programa UFJF: Território de Oportunidades, com o qual trabalhamos, reúne projetos de extensão de docentes de diversas unidades da Universidade Federal de Juiz de Fora, atendendo adolescentes de escolas públicas da cidade. Maria Aparecida Tardin Cassab e Maria Carolina Ribeiro Portella (2006), coordenadoras do projeto, apontam a necessidade de se pensar na própria existência do Campus no espaço da cidade como um importante fator a ser considerado e que, a partir de alternativas, seja defendido como um espaço público e de oportunidades. Entre os objetivos do programa *UFJF: Território de Oportunidades*, iniciado em 2005, está o de que os jovens participantes atuem na produção das atividades e eventos, em sua realização e como animadores culturais que estabeleçam elos entre os seus bairros e grupos de origem e as ações promovidas pela Universidade.

O Programa de Mulher – informativo feminista radiofônico semanal – foi a primeira atividade desenvolvida pela professora Cláudia Lahni junto ao Território. O trabalho incluía as adolescentes, mas viu-se a necessidade de ampliar a comunicação para todo o grupo, por motivos diversos surgidos ao longo do primeiro ano de atividades. Assim, a partir de 2006, passamos a coordenar o Jornal e Rádio no UFJF: Território de Oportunidades.

Jornal e Rádio

O projeto Jornal e Rádio no UFJF: Território de Oportunidades tem como objetivo, através de suas duas oficinas, contribuir para o desenvolvimento do senso crítico dos adolescentes em relação à mídia massiva, proporcionando a eles a possibilidade de aprenderem e compreenderem o processo de produção, edição e veiculação de notícias.



Na oficina de rádio os alunos produzem programas especiais temáticos e multitemáticos, sendo responsáveis por todas as etapas de elaboração dos seus conteúdos, desde a pauta até a locução. Com exposição de bolsistas da graduação e filmes – como *Uma onda no ar*, de Helvécio Ratton -, conhecem mais sobre as possibilidades de rádio comunitária, as rádios comerciais e educativas. Também já visitaram uma rádio comunitária (a primeira turma do projeto) e uma educativa (a segunda turma). Ouviram sobre rádio arte e paisagem sonora e fizeram, em 2007, uma apresentação de rádio no escuro.

Já na oficina de jornal eles participam da criação de textos noticiosos para um jornal impresso, recebendo para isso aulas sobre técnica de redação jornalística. Realizaram boletins informativos e jornais murais tanto temáticos como multitemáticos e, a partir de um exercício da oficina, produziram um artigo sobre a política local (que envolvia a prisão do prefeito) que foi publicado por um jornal da cidade.

No geral, as produções das duas oficinas têm como foco o bairro dos jovens, o cotidiano que os cerca, visando fortalecer e valorizar a sua identidade. Em conjunto, estas duas oficinas procuram oferecer aos jovens uma visão ampla a respeito da comunicação em nossa sociedade, mostrando o papel transformador exercido pelo comunicador. Procura-se igualmente incentivar os jovens a encontrarem formas diferenciadas de representar o mundo e sua comunidade. Além de mudanças na expressão (tanto escrita como oral) dos adolescentes, é possível perceber o aumento da auto-estima que a participação no projeto tem colaborado.

Outras oficinas de comunicação, ministradas aos jovens do UFJF: Território de Oportunidades, têm também apresentado uma metodologia própria e sua contribuição para o exercício do direito à comunicação, como é apontado por seus coordenadores.

Telejornalismo: Em busca de olhares diversos

Christina Ferraz Musse e Iluska Coutinho – professoras da Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo 1

Reflexão sobre as primeiras experiências na oficina de *Telejornalismo: Novos Olhares*, cuja proposta é constituir-se em instrumento de construção de uma cidadania participativa, ativa. Essa atividade confere organicidade a diversas pesquisas que vêm sendo realizadas no âmbito do grupo *Comunicação, Identidade e Cidadania* e também no mestrado em Comunicação da UFJF. Tais pesquisas remetem-se, todas, à relação entre diversas dimensões assumidas pela comunicação na sociedade contemporânea e



seu impacto junto à sociedade, na construção da cidadania. De forma específica na experiência que é objeto desse relato, busca-se construir apropriações comunicativas por meio das possibilidades, olhares audiovisuais, na perspectiva de uma comunicação comunitária, entendida esta como uma comunicação cidadã. Ao desenvolver as competências dos jovens atendidos pelo projeto no que se refere à recepção crítica dos conteúdos veiculados via TV, a oficina contribui para o exercício do direito à comunicação, proposta do projeto ao qual ela se integra. No âmbito da educomunicação a proposta é que, com seus olhares, os jovens sujeitos que participam da oficina possam publicizar narrativas sobre um real com o qual se identificam. Em síntese, a proposta de se trabalhar as tecnologias da comunicação e da informação, como o telejornalismo, na perspectiva da ação comunitária, está associada a estratégia geral das oficinas do projeto Território de Oportunidades, cuja unidade é construída a partir do exercício do direito à cidade como fundamento do exercício político da cidadania.

Valores ideológicos de jovens juizforanos de bairros periféricos: papéis hegemônicos (ou contra-hegemônicos) da mídia nas concepções sobre política

Paulo Roberto Figueira Leal – professor da Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo 2

O trabalho parte de dois pressupostos: adota-se a premissa de que grande parte dos valores ideológicos de jovens (sobretudo os que enfrentam dificuldades de acesso a outras mídias) decorre daquilo que eles vêem na televisão; considera-se também que a maior parte do conteúdo veiculado pelas televisões comerciais brasileiras está fortemente associada a visões de mundo marcadamente liberais. Dessa conjugação, pressupõe-se que os valores ideológicos de jovens de regiões periféricas de Juiz de Fora são majoritariamente vinculados a uma visão liberal de mundo. A pesquisa pretende verificar se isso é efetivamente realidade em relação aos jovens juizforanos atendidos pelo programa de extensão Território de Oportunidades e apontar se esses mesmos jovens têm seus valores alterados ao longo das atividades desenvolvidas na oficina de Cultura Política (na qual, com aporte de veículos de imprensa contra-hegemônica, discutem-se temas políticos).

Oficina: fotografia como ferramenta de alfabetização visual

Jorge Felz – professor da Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora

Resumo 3

Vivemos num tempo em que grande parte da informação que recebemos vem pelo imagético. E isso afeta diretamente o modo como os jovens se expressam, como eles se



comunicam entre si e como percebem o mundo. Dessa forma, é fundamental capacitá-los a criarem suas próprias mensagens midiáticas e torná-los leitores críticos, e conseqüentemente alfabetizá-los visualmente. Assim, a proposta da oficina, tema deste relato, foi trabalhar a fotografia enquanto ferramenta de “alfabetização visual”, conceito entendido aqui como a habilidade de as pessoas compreenderem um sistema de representação visual, associada com a capacidade de se expressar por meio dele. Discute-se nessa experiência de educomunicação, como os jovens de dois bairros de Juiz de Fora (MG) e envolvidos na oficina, (re)construem suas identidades. Para isso a alfabetização visual foi utilizada como ferramenta, com a criação de imagens fotográficas (alunos como produtores) e análise crítica da mídia (alunos como consumidores). A fotografia permitiu aos alunos uma ativa participação para analisar imagens, possibilitando assim reduzir a diferença entre o sistema de comunicação de massa que produz a maioria das imagens e o espectador que as consome.

Referências

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; PORTELLA, Maria Carolina Ribeiro. O projeto UFJF: Território de Oportunidades. In: CASSAB, Maria Aparecida Tardin (org.). *Para construir espaços solidários: uma metodologia de trabalho com jovens*. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2006.

COELHO, Fernanda e LAHNI, Cláudia Regina. *A comunicação a serviço da cidadania e identidade de adolescentes*. Trabalho apresentado no XXX Congresso da Intercom, no NP de Comunicação para a Cidadania, Santos, 2007.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo, Angellara, 2004, p. 41-56.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo, Moderna, 2002.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002, 7 ed.

HERMOSILLA, Maria Elena e KAPLÚN, Mario. *La educación para los médios em la formación del comunicador social*. Montevideo, Fundacion de Cultura Universitária, Unesco, 1987.

KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos – El método de cassette-foro*. Bogotá, Colômbia, Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

_____. El estudio de la recepción: un área prioritaria de investigación-acción ante los nuevos desafíos. In: MELO, José Marques de (coordenador). *Comunicación latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI – Ponencias presentadas al I Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación*. São Paulo, Alaic (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la



Comunicación), ECA-USP, 1992, p. 153-165.

LAHNI, Cláudia Regina. *Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM*. São Paulo, ECA-USP, Doutorado, 2005.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1995.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. 2 ed., Petrópolis (RJ), Vozes, 1999.

_____. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: BRANCO, Samantha Castelo e MELO, José Marques de (orgs.). *Pensamento comunicacional brasileiro: o grupo de São Bernardo (1978-1998)*. São Bernardo do Campo (SP), Umesp, 1999b, p. 407-423.

_____. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. *Revista brasileira de ciências da comunicação*. Intercom, CNPq, São Paulo, volume XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002, p. 71-88.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). *Comunicação pública*. Campinas (SP), Alínea, 2004, p. 49-79.